

Diário do Nordeste – 22/09/2008

Negócios

IMPOSTÔMETRO REGISTRA

Tributação na conta de luz gera R\$ 31,5 bilhões



Ferramenta criada pelo **Acende Brasil** monitora carga tributária sobre a energia (Foto: Arte)

São aproximadamente R\$ 4,9 milhões por hora, R\$ 82 mil por minuto e cerca de R\$ 1,4 mil por segundo

Você sabe quanto já pagou este ano de impostos e subsídios em sua conta de energia? E para onde vai todo esse dinheiro? Para responder estas questões, o **Instituto Acende Brasil**, centro de estudos para o aumento da transparência e da sustentabilidade do setor elétrico brasileiro, lançou neste mês o Impostômetro do Setor Elétrico Brasileiro, espécie de contador instalado no site da entidade na internet (www.acendebrasil.com.br).

De acordo com a ferramenta, de primeiro de janeiro deste ano até ontem, foram arrecadados em impostos, contribuições e encargos na conta de luz, em todo o Brasil, quase R\$ 31,5 bilhões; sendo R\$ 10,1 bilhões em tributos federais; R\$ 14,6 bilhões em estaduais; R\$ 41,6 milhões em tributos municipais e R\$ 6,7 bilhões em encargos setoriais. Fazendo as contas, são aproximadamente R\$ 4,9 milhões por hora, R\$ 82 mil por minuto e cerca de R\$ 1,4 mil por segundo.

De acordo com estudo da consultoria Pricewaterhouse Coopers, a carga tributária na conta de energia elétrica no Brasil chega a 45,36%. Na ponta do lápis, de cada R\$ 100,00 se paga R\$ 45,36 de impostos e encargos setoriais. Desse valor, 14,62% ficam com a União, 21% com os estados, 0,06% com os municípios e 9,68% vão para custear encargos do setor de energia. 'Pagamos essa quantidade de impostos e não percebemos se os governos estão dando a contrapartida em serviços para a população', dispara **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**.

Transparência

"Agora, com o Impostômetro disponível no site, estamos oferecendo à sociedade total transparência sobre esses números. O que queremos dos governos, então, é a prestação de contas dessa montanha de dinheiro arrecadada do consumidor de energia", observa **Sales**.

O Impostômetro foi criado para sensibilizar a sociedade para a questão, para que passe a cobrar dos governantes o retorno do que se paga. 'A energia é o insumo mais elementar para as pessoas. Deveria custar o mínimo possível. Principalmente no caso do Brasil, onde o nível de renda é baixo e a população não tem como arcar com quase da metade da sua conta em impostos', alerta.

São mais de 20 tributos federais, estaduais e municipais e encargos trabalhistas, sociais e setoriais, que incidem em toda a cadeia produtiva de energia elétrica, que inclui geração, transmissão, distribuição e comercialização. 'É basta olhar para a conta de luz para perceber que a maioria deles lá não aparece', acrescenta o presidente do Instituto.

Já os chamados encargos setoriais são subsídios que envolvem desde custos com as térmicas a óleo no Norte do País até as despesas para implantação do programa de universalização da energia elétrica. 'No caso do Luz para Todos', salienta **Sales**, 'é bom esclarecer que é um programa de governo que não recebe nenhum centavo federal. São os consumidores que arcam com o todo investimento, embutido nos encargos que aparece discriminado nas contas de luz', emenda.

COFRES ESTADUAIS

Energia já rendeu R\$ 336 mi em ICMS

Entre mais de 20 tributos federais, estaduais e municipais, **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, aponta o ICMS como o principal responsável pela elevada carga tributária paga na conta de luz.

Em estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais, a alíquota chega a 30%. No Ceará é de 27,5%, mas ainda é mais alta do que a média nacional, de 21%. Em agosto deste ano, conforme a Sefaz, o setor de energia elétrica foi um dos que mais contribuíram para o aumento da arrecadação estadual em tributos: 16,6% a mais.

Segundo a Sefaz, o setor de energia responde por 11,3% do valor arrecadado com o ICMS. Ou seja, em agosto foram quase R\$ 50 milhões referentes à energia elétrica. Considerando os oito primeiros meses de 2008, são R\$ 336 milhões, de R\$ 3 bilhões, em ICMS.

Hoje, o ICMS é a maior fonte de recursos do Tesouro estadual, sendo equivalente a mais da metade da arrecadação total. Somente no último mês de agosto, o tributo foi responsável por 53,39% dos R\$ 756,13 milhões arrecadados — ou seja, R\$ 442,3 milhões.

RECEITAS

Governo prevê arrecadar R\$ 53 bilhões a mais neste ano

Brasília. A arrecadação de impostos e contribuições federais deve subir R\$ 53,2 bilhões em 2008, ou 12,3%, segundo informações do relatório de receitas e despesas do orçamento deste ano,

documento divulgado pelo Ministério do Planejamento ontem. Neste valor não está incluída a arrecadação do INSS e das chamadas 'demais receitas'.

A estimativa de arrecadação de tributos para 2008, que está contida no relatório do Ministério do Planejamento, foi feita pela Receita Federal com base em parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Segundo a Receita Federal, a arrecadação dos impostos e contribuições federais, excluindo demais receitas (royalties, concessões, salário-educação, FGTS e outros) e a arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social, deverá somar R\$ 484,4 bilhões em 2008, contra R\$ 431,2 bilhões em 2007.

O crescimento da arrecadação neste ano será obtido mesmo sem a arrecadação da CPMF, que foi extinta pelo Congresso Nacional no fim de 2007. Entretanto, contará com uma contribuição maior do IOF e da CSLL dos bancos, tributos que foram elevados no início deste ano justamente para compensar a perda do imposto que incidia sobre movimentações financeiras. Até julho, a arrecadação já subiu R\$ 40 bilhões — valor que engloba, porém, as receitas do INSS.

A elevação de 12,3%, ou R\$ 53,2 bilhões, na arrecadação de tributos federais, segundo o governo, deverá acontecer por conta do Produto Interno Bruto (PIB), que crescerá, segundo as estimativas, 5% neste ano, e também pela recuperação de R\$ 10,6 bilhões de débitos em atraso pela Receita Federal.

FIQUE POR DENTRO

Como é formado o indicador

Para se chegar aos valores em atualização permanente no Impostômetro, o ponto de partida foi uma amostra de 54 empresas estatais e privadas, que representaram 69,7% do faturamento global do setor em 2006. O objetivo foi quantificar a pressão total de tributos e encargos que pesam sobre toda a cadeia de produção de energia. A metodologia contemplou a carga tributária efetivamente paga e lançada nos relatórios anuais das empresas e em fontes oficiais. Na conta de luz constam: ICMS, PIS/Pasep/Cofins, Iluminação Pública e a rubrica Encargos. Entre as siglas ocultas, embutidas na conta, estão: IPVA (do governo estadual); IRPJ, CSLL, ITR, INSS e FGTS (do governo federal), e ISS e IPTU (do governo municipal). Na rubrica Encargos escondem-se, ainda, as siglas: CCC, CDE, CFURH, TFSEE e RGR, entre outras.

Andhieta Dantas Jr.

Repórter